

CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DIGITAL NO PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SP)

Gabriela de Jesus D'Amaral
Bruno Pinheiro



CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DIGITAL NO PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SP)

Gabriela de Jesus D'Amaral¹ (EACH/USP) gabriela.jesus.amaral@gmail.com

Bruno Pinheiro² (EACH/USP) bruno.lahunmen@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo caracterizar a participação digital no planejamento urbano de São Paulo (SP), no período de 2013 a 2016. Neste período, o município adotou a agenda de Governo Aberto através de iniciativas de transparência, *accountability*, participação social e inovação tecnológica; sendo a participação a principal iniciativa utilizada para legitimação dos projetos propostos. A introdução de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ampliou os canais digitais de participação no planejamento urbano. Em São Paulo, estes canais foram articulados ao processo participativo do Programa de Metas (PM), do Plano Plurianual (PPA), do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO) e do Plano Diretor Estratégico (PDE). Através da metodologia de Mapeamento de Plataformas de e-Democracia desenvolvida pelo GETIP (EACH/USP), foram caracterizadas oito plataformas digitais. Conclui-se que as ferramentas utilizadas para a e-participação no planejamento urbano de São Paulo deram ênfase à ampliação da transparência e do acesso à informação, visando explorar as possibilidades e a abundância de dados governamentais existentes, sendo as atividades de participação como consultas públicas, secundárias na aplicação de TIC.

Palavras-chave: Máximo de três, separadas uma da outra por ponto e vírgula.

1 Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na EACH-USP, integrante do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP).

2 Graduando em Gestão de Políticas Públicas na EACH-USP, integrante do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP).



1 Introdução

As novas tecnologias têm sido usadas para fortalecer a legitimidade das políticas públicas, a partir de experiências digitais de participação social e transparência. A importância atribuída à participação na construção dos planos e programas municipais parte do pressuposto que “a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno do projeto” (Vainer, 2000 apud KLUG, 2005). Klug (2005) questiona o grau de participação e cidadania incorporada nos planos municipais, no sentido de legitimar o processo de planejamento urbano. O processo participativo deve ser entendido como inerente da gestão pública, onde Estado e sociedade civil ganham com a abertura do diálogo, a discussão dos projetos, a negociação e a busca pelo consenso (D’AMARAL, 2016).

Entre 2013 e 2016 São Paulo adotou a municipalização da agenda de Governo Aberto como um de seus programas, integrando iniciativas de transparência, *accountability*, participação social e inovação tecnológica. A participação social, especificamente, foi fortemente enfatizada pelo governo como legitimadora dos projetos e estratégias propostas (PMSP, 2013). No contexto do planejamento urbano, os canais digitais de participação foram articulados ao processo de discussão do Programa de Metas, do Plano Plurianual, do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento e do Plano Diretor.

A partir de um estudo de caso da esfera municipal, este trabalho pretende caracterizar a participação social no planejamento urbano da cidade de São Paulo no período em questão, com foco no uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Para atingir este objetivo, a metodologia é delineada com base na taxonomia proposta pelo Mapeamento de Plataformas de e-Democracia, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) nas seguintes plataformas digitais:

Em seguida, o artigo apresenta uma revisão da literatura de planejamento urbano, retomando brevemente o histórico de desenvolvimento das formas de participação social nos processos decisórios. Depois, são abordadas as novas formas de participação social no planejamento, com enfoque no uso das TIC. Os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica são discutidos e apresentada a caracterização do uso de TIC no planejamento urbano de São Paulo (SP).

Por último, são apresentadas as considerações finais, analisando os potenciais, as limitações e os desafios vivenciados nas experiências analisadas. O foco é provocar reflexões sobre o papel das tecnologias na ampliação e diversificação dos espaços de participação da sociedade na gestão urbana local sob a ótica das capacidades de governo e estimular novas iniciativas.

2 Objetivos

Caracterizar a participação digital no planejamento urbano da cidade de São Paulo no período de 2013 a 2016, com foco no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

3 Método de Análise



O presente artigo utiliza como método o estudo de caso e sua natureza é qualitativa (STAKE, 2000). A análise do caso sugere um determinado recorte espaço-temporal. A análise realizada teve como recorte espacial o município de São Paulo (SP) e as experiências de participação digital no período de 2013 a 2016. Os dados foram coletados através da observação direta dos sítios eletrônicos Geo Sampa, Gestão Urbana, Habita Sampa, InfoCidade, Observa Sampa, Planeja Sampa e do Programa de Metas Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Após a coleta de dados, foi iniciada a análise dos dados e informações obtidas, processo que envolveu a extração de significados dos dados coletados, a fim de relacionar os usos de TIC com os o processo de planejamento municipal.

A caracterização das plataformas foi baseada na taxonomia proposta pelo Mapeamento de Plataformas de e-Democracia, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Esta caracterização foi realizada em dois níveis: o primeiro diz respeito às ferramentas digitais e suas características e o segundo direciona-se a interpretar como as plataformas apresentadas foram usadas para promover a participação social.

A análise dos resultados buscou analisar como as plataformas digitais foram usadas para suportar o processo participativo, partindo da caracterização baseada na taxonomia, à luz dos requisitos que permitem caracterizar um regime como democrático (GOMES, 2008).

4 Revisão de literatura

4.1 Planejamento urbano e participação social

Este tópico pretende apresentar o desenvolvimento das formas de participação social no planejamento urbano, a partir de uma breve revisão da literatura que relaciona ambos os temas. A fim de recuperar brevemente o histórico do planejamento urbano e da participação social no Brasil, foi utilizada a classificação desenvolvida por Saboya (2008) e por Vainer (2005), para as etapas percorridas pelo planejamento urbano no Brasil. A tabela a seguir apresenta essas etapas, suas principais características, bem como as características da participação social predominante em cada uma delas.



Etapas do planejamento urbano	Características gerais do planejamento urbano	Características gerais da participação social
Planos de Embelezamento: 1875-1930 (Saboya, 2008)	Caráter higienista/sanitarista; obras de alargamento e abertura de vias, de saneamento e ajardinamentos de praças; foco nas áreas centrais.	Participação da classe dominante na proposição de soluções e no processo decisório.
Planos de Conjunto: 1930-1965 (Saboya, 2008)	Caráter técnico e visão regional; articulação entre o centro e os bairros; obras de vias para transporte.	Participação dos especialistas, detentores do conhecimento técnico (arquitetos-urbanistas).
Planos de Desenvolvimento Integrado: 1965-1971 (Saboya, 2008)	Caráter tecnocrático; propostas abrangentes (abordavam todos aspectos da vida urbana); estruturas administrativas especializadas; conflitos entre Executivo e Legislativo quanto à sua aprovação.	Participação dos especialistas (arquitetos-urbanistas) e dos planejadores.
Planos sem Mapas: 1971-1992 (Saboya, 2008)	Caráter orientativo; conjunto de diretrizes e objetivos genéricos; dispensava diagnóstico; sua dimensão prática passou para o zoneamento.	Participação dos técnicos municipais, predominantemente.
Planos Estratégicos: 1992-2001 (Vainer, 2005)	Caráter estratégico (visão de cidade-empresa); incorporação do planejamento empresarial; visa promover uma cidade competitiva.	Participação das estruturas municipais ligadas ao planejamento urbano e do mercado imobiliário, predominantemente. Mas alguns planos já eram elaborados com participação social.
Planos Participativos: a partir de 2001. (Vainer, 2005)	Caráter participativo (visão de cidade democrática); legislação exige participação social	Participação da sociedade civil e de entidades representativas, predominantemente.

Tabela 1 – Características gerais do planejamento urbano e da participação social no Brasil

Fonte: Adaptado de Saboya (2008) e Vainer (2005)

Conforme visto acima, a prática do planejamento urbano no Brasil a princípio não incorporava amplamente as propostas da sociedade civil nas discussões acerca do futuro de suas cidades. Na virada do século XIX para o XX, a participação nos processos decisórios dos Planos de Embelezamento (1875-1930) cabia à classe dominante deste período, sendo os planos amplamente discutidos antes de sua implementação. Segundo Villaça (1999), isso só era possível devido ao caráter hegemônico da classe dominante, o que permitia a proposição de um conjunto de soluções consideradas mais adequadas por essa classe.

A partir da década de 1930, com a introdução do pensamento racional nos Planos de Conjunto (1930-1965), os técnicos também começam a participar dos processos decisórios, sobretudo aqueles especialistas, arquitetos-urbanistas e engenheiros (SABOYA, 2008). A participação dos técnicos no planejamento urbano é predominante até o início da década de 1970, atingindo seu auge durante a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado



(1965-1971), ao que Vainer (2005) indica que: "estes técnicos, estes especialistas, estariam acima dos interesses particulares, seriam portadores do interesse comum (...) mesmo que os homens comuns não fossem consultados ou ouvidos acerca de seus interesses" (VAINER, 2005, p.3).

Ao longo da década de 1970, os planos passaram do "rebuscamento técnico" para versões mais simples, sem diagnósticos técnicos extensos, voltados mais para a orientação do que para a execução dos seus objetivos, chamados de Planos sem Mapas (1971-1992) (VILLAÇA, 1999). Neste momento, houve um enfraquecimento do planejamento urbano e, portanto, a participação no processo de elaboração dos planos se restringia aos próprios técnicos municipais.

Nas décadas de 1980 e 1990, a administração pública é fortemente influenciada pela administração de empresas, e emerge o conceito de "Cidade-Empresa", onde as cidades eram pensadas como uma grande empresa que deve gerar lucro e competir com outras cidades num contexto global (VAINER, 2005). Neste período, há uma grande participação do mercado imobiliário, através de empresas construtoras, incorporadoras e empreiteiras, e uma confluência com as estruturas municipais nos processos decisórios do planejamento urbano. No entanto, no decorrer dessas décadas, os canais de participação foram gradativamente ampliados para a sociedade civil devido, em grande parte, à pressão dos movimentos sociais pela democratização do Estado e pelo direito à cidade (VAINER, 2005). Dessa maneira, alguns Planos Estratégicos (1992-2001) do período já mobilizam a participação social durante sua elaboração.

Nos anos 2000, sobretudo após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, os planos passam a incluir a participação social, bem como de associações representativas dos setores sociais, nas etapas de formulação, execução e monitoramento dos Planos Participativos (2001-atualidade) (VAINER, 2005). Para Geisa Bugs (2014), neste período é inaugurado "um novo paradigma de planejamento no Brasil, o participativo" (BUGS, 2014, p. 100). De acordo com Vainer (2005), muito embora a ideia de "Cidade Democrática" não seja totalmente concretizada, ela é experimentada através dos orçamentos participativos, dos congressos de cidade, e da abertura da administração pública à participação social nos processos decisórios.

No que tange este último ponto, cabe ressaltar que a participação social na esfera pública tem ocorrido em espaços onde os cidadãos podem manifestar seus interesses, percepções e acepções no que concerne o chamado bem comum (COSTA, 2011). Segundo Márcia Helena Costa (2011), estes espaços também são destinados aos indivíduos e grupos de interesse que dispõem de melhores condições no processo de tomada de decisão sobre o interesse coletivo. Portanto, os espaços de participação são demarcados pela não-linearidade, pelo conflito de interesses, pelas disputas e negociações.

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), sobretudo da Internet, os espaços de participação se ampliaram. Para Bugs (2014), as tecnologias digitais, no geral, tem transformado as formas de interação dos cidadãos com o espaço urbano. Segundo a autora, isso se evidencia no aumento do interesse e da capacidade dos cidadãos de participar das decisões que afetam sua vivência urbana por meio da Web, o que leva a crer que os espaços tradicionais de participação social sejam gradativamente complementados por plataformas digitais (BUGS, 2014).

Mais recentemente, presencia-se o fenômeno do planejamento eletrônico, ou *e-planning*, com a utilização das novas tecnologias digitais que suportam um novo tipo de participação "auto-organizada" (HORELLI, 2013). De acordo com Almeida (2007), o planejamento eletrônico é caracterizado pela "divulgação e consulta à legislação, planos e projetos, pesquisas de opinião, câmaras de discussão, além da votação de propostas online" (ALMEIDA, 2007, p. 25).

Os usos potenciais do *e-planning* no desenvolvimento urbano são abordados por Silva (2010). O autor considera o planejamento eletrônico (*e-planning*) um novo paradigma do



planejamento urbano, caracterizado pela ampla utilização das TIC em todas as etapas do processo, dentro de uma visão de planejamento pós-positivista (SILVA, 2010).

O papel das TICs como instrumento para a participação social será discutido no próximo capítulo.

4.2 TICS e participação social

Há mais de uma década Joan Subirats (2002) percebeu que o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a inovação democrática teriam pela frente uma “relação inevitável”. Para o autor, a crise dos sistemas democráticos na atualidade está relacionada a uma queda na confiança da população em relação à classe política, mas não apenas isso. Boa parte da população também confia menos nas instituições representativas, pressionando os governos a estabelecer canais de participação que permitam aos cidadãos envolver-se com o processo político além do voto, ao mesmo tempo que há a percepção de que a internet é um espaço não só legítimo, como também efetivo de participação política (MESQUITA; CANTONI, 2015, p. 57). Neste contexto, a renovação das instituições democráticas, no sentido de promover maior participação, qualidade deliberativa e compartilhamento de poder, seria feita em estreita relação com a inovação no campo das TIC (SUBIRATS, 2002, p. 18).

A ideia de que a democracia representativa vive uma crise é bastante difundida atualmente, de modo que é extenso o debate sobre os problemas com que ela se defronta. Para Gomes (2008, p. 3), a crise da democracia representativa ocorre à luz de requisitos básicos que precisam ser atendidos, sem os quais o caráter democrático de um regime político não se concretiza:

- a) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, um estoque apropriado de informações não-distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político;*
- b) possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates públicos já começados e possibilidade de iniciar novos debates desta natureza, onde a cidadania deveria exercitar a oportunidade de envolver-se em contraposições argumentativas, de desenvolver os seus próprios argumentos, de envolver-se em procedimentos deliberativos no interior dos quais pode formar a própria opinião e decisão políticas;*
- c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão - mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou através de outras atividades políticas nacionais ou locais;*
- d) habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com os seus representantes (em nível local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de contas.*

(BURCY; GREGSON, 2000, apud GOMES, 2008, p. 2-3)

Não é um tema unânime, mas muitas esperanças estão depositadas na capacidade de superar tais problemas por meio da aplicação de TIC. O debate em torno das relações entre política e tecnologia no Brasil é balizado por três eixos interpretativos a respeito das consequências potenciais dos usos da tecnologia. Predomina na literatura a classificação dos teóricos do campo entre mais pessimistas e mais otimistas, que polarizam as discussões, e um terceiro grupo, denominado moderado ou ponderado, que posiciona-se de forma intermediária (RIBEIRO, 2012; STEFANI, 2015).

Segundo estes autores, os otimistas entendem que as tecnologias transformam a estrutura das relações sociais, o que está relacionado ao rompimento da hegemonia na produção e circulação de informações e a uma intensa capacidade conectiva nas redes digitais, formando uma população mais informada e consciente (RIBEIRO, 2012; STEFANI, 2015). A redução nos custos de participação e as novas possibilidades viabilizadas pelas TIC levariam a sociedade



até mesmo a substituir a democracia representativa por uma democracia participativa e direta (CUNHA; COELHO; POZZEBON, 2014). Já os pessimistas entendem que o crescimento da dependência social das tecnologias de informação e comunicação pode resultar no aprofundamento da hegemonia daqueles que já detém o poder (RIBEIRO, 2012; STEFANI, 2015). Por um lado, apenas os grupos sociais e indivíduos já capacitados e com condições de acesso é que usufruiriam dos benefícios das tecnologias e, por outro, o Estado poderia exercer maior controle sobre os cidadãos, dado o rompimento dos laços provocado pela virtualização das relações sociais.

Para o terceiro grupo, os moderados ou ponderados, os dois lados tem suas razões. Eles entendem, porém, que não se pode interpretar as relações entre tecnologia e política sob uma perspectiva determinista ou tecnicista. Os efeitos positivos e negativos dos usos de tecnologia, para os moderados, surgem a partir de escolhas sociais e políticas dos atores e dos variados sentidos que estes dão às tecnologias e suas aplicações, sendo este fenômeno caracterizado como um processo de construção social (CUNHA, 2013; STEFANI, 2015). Assim, o desenvolvimento tecnológico é um espelho da sociedade, expressando seus conflitos e desafios, e seu entendimento deve dar-se sob uma ótica que considera as desigualdades que a caracterizam. As políticas públicas assim, estão em lugar central, de maneira que os usos e o acesso à tecnologia devem ser tomados sob a ótica da promoção dos direitos de cidadania, da democracia, do desenvolvimento e da soberania nacional (VAZ, 2003, 2016).

As iniciativas de participação democrática baseadas no uso de tecnologias são conhecidas de forma ampla como democracia eletrônica (e-democracia), que aqui tomamos como sendo “o uso de TIC para o exercício de práticas democráticas” (CUNHA; MIRANDA, 2013) e, na perspectiva governamental, decorrem da evolução do governo eletrônico (e-gov). Conforme o entendimento de Cunha e Miranda (2013, p. 550), o governo eletrônico avançou em três fases, iniciando pela incorporação de tecnologias de informação nos processos gerenciais e administrativos (e-administração), depois na entrega de serviços públicos (e-serviços) e, posteriormente, nas atividades de interação entre Estado e sociedade (e-democracia). Trata-se, portanto, da fronteira mais recente do campo de e-gov.

No Brasil, nos últimos anos, é notável a intensificação da adoção e do desenvolvimento de tecnologias voltadas a favorecer processos participativos, oportunizando novas formas de consulta e formulação política, de interação entre a população e os governantes, de acesso e uso dos dados e informações públicas. Embora não haja um amplo debate público a respeito, destacam-se inicialmente iniciativas do governo federal e do congresso nacional, (a exemplo da e-participação em conferências e do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados), de governos subnacionais (como orçamentos participativos digitais), enquanto há também uma relevante atuação da sociedade civil (ARAÚJO; AGUIAR, 2014). Nesta última década, destaca-se no plano internacional a iniciativa Open Government Partnership, que vem promovendo a articulação das agendas de transparência, *accountability*, participação social e inovação tecnológica a assuntos referentes às transformações da administração pública.

Nesse contexto de Governo Aberto, os Orçamentos Participativos Digitais têm sido objeto de estudo de autores da área (CUNHA; COELHO; POZZEBON, 2014; MATHEUS; RIBEIRO; VAZ, 2010). O Orçamento Participativo, particularmente, de acordo com Lavallo et al (2014), configura a primeira onda de inovação institucional participativa no Brasil, que ocorreu no final dos anos 80 e começo dos anos 90. Outras duas ondas teriam seguido esta primeira, consistindo a segunda na difusão dos Conselhos de Políticas Públicas e a terceira a adoção das Conferências Nacionais como ferramenta central da participação nas políticas federais a partir de 2003 (LAVALLO; ROMÃO; ZAREMBERG, 2015, p. 28). Conforme Cunha, Coelho e Pozzebon (2014, p. 303), “um OP busca, em termos gerais, a participação pública no processo de elaboração do orçamento da cidade e tem sido descrito como deliberativo, um processo decisório coletivo de governo e cidadãos”. Assim, o uso de



tecnologias nos orçamentos participativos significa a incorporação de TIC em processos democráticos vinculados ao planejamento local e pode ser entendido com uma prática de *e-planning*.

Ainda que este trabalho não se proponha a analisar processos de orçamentos participativos especificamente, o processo analisado vinculou no nível da participação a integração das perspectivas de planejamento de longo e médio prazo, expressadas pelo Plano Diretor e pelo Plano Plurianual, com o ciclo de curto prazo da gestão municipal por meio do chamado Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO). Além disso, como já afirmado anteriormente, o OP digital pode ser entendido como uma prática de *e-planning*. Assim, torna-se útil revisitar brevemente algumas experiências de OP que utilizaram TIC em seus processos.

4.3 O uso de TIC em Orçamentos Participativos (OP)

No curso histórico da evolução do Orçamento Participativo, Abreu (2009, p. 78) identifica quatro fases: experimentalismo, proliferação, consolidação e digitalização. A quarta fase, que nos interessa, transcorre a partir de 2001 e é caracterizada pelo crescimento de iniciativas de OP que não foram implantadas por governos municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), além da maior ocorrência de experiências do tipo em cidades fora das regiões Sul e Sudeste. Para Abreu (2009), “nesta fase se encontram os primeiros movimentos, no cenário brasileiro, de hibridização do OP com as tecnologias da informação e da comunicação” (ABREU, 2009, p. 79).

Recentemente, estudos têm destacado iniciativas de Orçamentos Participativos Digitais de Belo Horizonte e de Recife como casos de referência para novas iniciativas no Brasil. O OP, diferentemente de outras instituições participativas citadas, não é institucionalizada. Este fato, associado à multiplicação de casos, resulta em estruturas e metodologias que variam caso a caso.

Cabe resaltar que como la implantación del PP no es jurídicamente obligatoria sino una opción del gobierno local, éste puede determinar libremente las características institucionales de aquél. Por lo tanto, existe una amplia gama de experiencias que se llaman PP, algunas de las cuales implican una participación mínima o ninguna deliberación pública

(AVRITZER; NAVARRO, 2003, apud LAVALE; ROMÃO; ZAREMBERG, 2015)

Em Belo Horizonte, o OPD teve três versões, nos anos de 2006, 2008 e 2013. A última versão contou com um arranjo institucional que incluiu parceria com organizações da sociedade civil e, além do portal na web, que continha informações necessárias à participação, fóruns de debates e lista de pontos de acesso público à internet, onde os cidadãos poderiam votar, contou com diversificadas formas de viabilização da participação:

Os cidadãos podiam votar nas obras que julgavam mais necessárias, usando computadores instalados em diversas regiões da cidade. Eleitores registrados no município, independentemente do seu local de residência, poderiam escolher, exclusivamente on-line, nove obras públicas de 36 disponíveis [...] Uma campanha de comunicação foi desenvolvida pela prefeitura (TV, rádio, panfletos, website), que instalou 178 pontos de votação pela internet, com mais de 500 computadores e pessoal treinado para suporte aos votantes, ao longo de 40 dias. Para obter mobilidade, alguns dos pontos de votação foram colocados em ônibus equipados com acesso à internet. A



prefeitura contou com vários parceiros voluntários, tais como associações comerciais, igrejas e associações comunitárias, que instalaram pontos públicos de internet adicionais para facilitar o acesso daqueles que queriam participar.

(CUNHA; COELHO; POZZEBON, 2014, p. 303)

Em Recife, por sua vez, o processo de OPD começa a acontecer a partir de 2007. A experiência guarda paralelos à iniciativa mineira, porém apresentou formas diferentes de metodologia e, portanto, de aplicação de TIC. Ao invés de um OP totalmente digital, como em Belo Horizonte, foi realizada uma etapa digital, complementar à participação nas plenárias presenciais. Também, a plataforma do OP de Recife não dispunha ferramentas de interação, limitando as possibilidades de participação ao acesso à informação e ao voto eletrônico, além de que não era possível participar da etapa digital e das plenárias presenciais: os cidadãos precisavam escolher em qual delas se envolver (FERREIRA, 2011).

Com base em comparação a respeito dos dois processos, Ferreira (2011) entende que os OP digitais incorporam e mobilizam, de formas distintas, elementos de participação, de mobilização, de interação e de controle social. As contribuições da digitalização do OP, para o autor, não são advindas da ampliação quantitativa no número de indivíduos participantes, mas sim dos novos arranjos institucionais dos processos, que envolvem de forma distinta os atores do governo e da sociedade, de maneira tal que o orçamento participação digital

[...] não é apenas mais um instrumento de deliberação pública entre tantos outros experimentos participativos digitais pelo mundo afora. Na verdade, a qualificação da deliberação produzida tanto pelo OPD-BH, como pela etapa digital do OP Recife depende de outras dimensões deliberativas relacionadas à mobilização e ao associativismo, à interação (discussão e debate), ao controle social e accountability e, a efetividade da participação. Portanto, a deliberação pública digital se tornou mais qualificada na medida em que essas quatro dimensões se mostraram presentes.

(FERREIRA, 2011, p. 26)

A cidade de São Paulo também desenvolveu experiência semelhante entre os anos de 2013 e 2016. O Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO) foi implantado como meio de ampliar as discussões sobre o planejamento orçamentário com a sociedade civil, no marco da implementação do Plano Plurianual 2014-2017. Atrelado aos Conselhos Municipais como instâncias últimas de deliberação, o CPPO ofertou formas de participação digital em articulação com o Programa São Paulo Aberta, visando ofertar formas alternativas de influência cidadã no escopo do planejamento urbano.

5 Discussão e resultados

A partir do referencial apresentado, a proposta é caracterizar os usos de TIC no processo de planejamento do município de São Paulo (SP) no contexto das políticas urbanas e do processo orçamentário. Tal caracterização tem dois níveis: o primeiro diz respeito às ferramentas digitais e suas características e o segundo direciona-se a interpretar como as plataformas apresentadas foram usadas para promover participação.

A caracterização das plataformas toma como base taxonomia proposta pelo Mapeamento de Plataformas de e-Democracia, pesquisa desenvolvida no escopo do Grupo de



Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública³ (GETIP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Feito entre maio de 2015 e outubro de 2016, o mapeamento já inclui as sete plataformas consideradas neste estudo. A segunda parte, por sua vez, busca caracterizar como tais ferramentas foram usadas para suportar o processo participativo, partindo da caracterização baseada taxonomia, à luz dos requisitos que permitem caracterizar um regime como democrático (2005), anteriormente apresentados.

5.1 A introdução das tecnologias digitais no planejamento urbano em São Paulo (SP): 2013-2016

O ano de 2013, primeiro ano da gestão Haddad no município de São Paulo (SP), foi intenso em termos de planejamento e de esforço de pactuação. De um lado, o governo desenvolveu um processo de formulação participativa primeiro do Programa de Metas 2013-2016 (PM) e depois do Plano Plurianual 2014-2017 (PPA), num processo que foi dos primeiros dias de governo até outubro daquele ano (D'AMARAL, 2016).

O Programa de Metas 2013-2016 do município de São Paulo foi elaborado durante os primeiros meses de 2013 e desenvolveu-se como um processo de debate sobre o programa de governo eleito, sendo a sua versão final apresentada em agosto do mesmo ano (D'AMARAL, 2016). O PPA foi elaborado a partir do Programa de Metas em mais uma série de rodadas de audiências e consultas públicas, e foi apresentado em outubro de 2013. A participação na elaboração destes instrumentos foi totalmente offline. Nesta mesma época, porém, a Prefeitura de São Paulo lançou o portal Planeja Sampa⁴ (PLANEJA SAMPA, 2013).

A partir deste processo, foi instituído o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO), como forma de articular o planejamento de médio prazo representado pelo PPA ao planejamento de curto prazo, caracterizado pelos orçamentos anuais. O CPPO compreendeu uma metodologia estruturada de gestão participativa que visava viabilizar o acompanhamento, o controle social e o diálogo da sociedade civil com o poder público a respeito dos orçamentos anuais, tendo como ponto de referência as metas e programas estabelecidos pelo Programa de Metas e pelo PPA. Em termos de institucionalidade participativa *offline*, foi criado o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP). O CPOP era composto por representantes de todos os conselhos setoriais e territoriais e tinha com função servir de espaço de debate sobre o planejamento, o orçamento e o monitoramento das metas.

Dada a necessidade de revisão do planejamento decenal de longo prazo, representado pelo Plano Diretor Estratégico, neste mesmo período o município empreendeu também iniciativas de participação na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE 2014-2030), cuja versão final foi apresentada em abril de 2014.

Através da observação direta dos sítios eletrônicos ligados ao planejamento urbano de São Paulo entre 2013 a 2016, a caracterização apresentada na Tabela 2 sintetiza as TICs relacionadas à participação digital, bem como as principais características dessa participação.

³ Ver mais em <http://getip.net.br>

⁴ A plataforma digital do Planeja Sampa pode ser acessada através do link: <http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/>. No entanto, com a mudança de gestão em 2017, a versão anterior da plataforma foi substituída por uma nova versão.



Processos	Processos	Características da Participação Digital
Programa de Metas 2013-2016 (PM)	Plataforma do Programa de Metas - Desenvolvimento de plataforma para apresentação de indicadores com visualização de dados e filtros. - Desenvolvimento contou com participação da sociedade. - Código é aberto, disponível para outros municípios.	- Apenas acesso à informação - Cidadãos podem fiscalizar e monitorar os resultados da gestão municipal, acessando informações de forma interativa e seguindo atualizações de indicadores.
Plano Plurianual 2014-2017 (PPA)	Plataforma Planeja Sampa - Consulta pública sobre o plano - Disponibilização de dados, informações e documentos	- Acesso à informação - Participação virtual consultiva complementar às discussões presenciais do CPOP - Plataforma concentrava informações subsidiárias às discussões do plano e, posteriormente, ao acompanhamento e monitoramento, por parte do Conselho Participativo de Planejamento e Orçamento
Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO)	Plataforma Planeja Sampa. - Disponibilização de dados, informações e documentos - Consulta a minutas de decretos e projetos de lei do executivo - Comunicação do processo de organização e mobilização das etapas de discussão na formulação do plano	- Acesso à informação - Participação virtual consultiva complementar às discussões presenciais
Plano Diretor Estratégico 2014-2030 (PDE)	Plataforma Gestão Urbana - Disponibilização de dados, informações e documentos sobre o zoneamento da cidade - Consulta pública a minutas Plataforma Habita Sampa - Consulta pública às minutas do plano de habitação - Disponibilização de dados, informações e documentos	- Acesso à informação e participação consultiva - Participação virtual consultiva complementar às discussões presenciais

Tabela 2 – Caracterização sintética do uso de TIC nos processos de planejamento urbano de São Paulo (SP), entre 2013 e 2016

Fonte: *Elaboração própria*

5.2 Plataformas de e-Democracia

A taxonomia de plataformas de e-democracia que será utilizada compreende 19 variáveis cuja combinação permite definir as aplicações em termos de a) motivações no escopo dos direitos que justificam a existência das plataformas, b) as práticas possíveis por meio das ferramentas, c) os espaços que os cidadãos/usuários podem incidir ao usá-las, d) os atores envolvidos no desenvolvimento e características próprias das ferramentas, que indicam se o código é ou não aberto, se as plataformas são web e/ou mobile.

Para a caracterização aqui pretendida não é necessário esgotar a análise com todas as variáveis, de modo que selecionamos somente aquelas consideradas mais úteis para os propósitos do trabalho. Elas são:



- Direitos de cidadania promovidos pelas plataformas;
- Funcionalidades políticas;
- Funcionalidades técnicas.

Cada uma destas categorias define uma série de atributos, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Variável	Descrição	Atributos
Direitos	Classifica as aplicações de acordo com o direito de cidadania relacionado ao exercício de práticas democráticas central que o uso delas promove (STEFANI, 2015; VAZ, 2016).	<ul style="list-style-type: none"> - Direito aos serviços públicos - Direito à participação e ao controle social - Direito a ser ouvido pelo governo e representantes - Direito de acesso à informação
Funcionalidades políticas	Descreve atividades políticas que os cidadãos/usuários operam ao fazer uso das plataformas.	<ul style="list-style-type: none"> - Acessar dados e Informações públicas - Apresentar e reivindicar demandas - Avaliar políticas e serviços públicos - Denunciar problemas e irregularidades - Fiscalizar e monitorar gastos públicos - Fiscalizar e monitorar políticas e serviços - Fiscalizar e monitorar políticos - Monitorar leis - Monitorar processo legislativo - Participar de consultas e discussões coletivas - Participar de mapeamento colaborativo - Promover mobilização social
Funcionalidades Técnicas	Descreve aspectos da plataforma que viabilizam a realização das funcionalidades políticas por parte dos usuários	<ul style="list-style-type: none"> - Compartilhamento - Download/upload de arquivos - Efetuar buscas e filtros - Enquetes e Votações - Fóruns e grupos - Geolocalização de informações - Publicar conteúdos e comentários - Visualização de dados
Uso de Dados	Indica se as funcionalidades políticas das plataformas são suportadas por meio do uso de dados governamentais e se elas incluem a oferta de dados governamentais, primários ou secundário.	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibiliza dados - Não usa ou oferta dados - Usa dados - Usa e disponibiliza dados

Tabela 3 – Categorias de análise das plataformas de e-democracia e seus atributos

Fonte: Elaboração própria

Vale dizer que, de um lado, há toda uma complexidade relacionada à estruturação das ferramentas e, mais importante, às ideias em torno dos problemas para os quais a e-participação se apresenta como solução, que a taxonomia não captura. Sua utilização, contudo, entendemos que pode ser um ponto de partida para o diálogo de gestores com as comunidades de desenvolvimento no sentido de integrar plataforma e processos. De outro lado, as plataformas muitas vezes são também complexas, agregam uma grande diversidade de funcionalidades, podem atender a variados requisitos que caracterizam os processos como democráticos e podem ser apropriadas e usadas de distintas maneiras.

Para ficar mais claro ao leitor e à leitora, as plataformas são classificadas de acordo com os atributos acima descritos, sendo para cada uma delas um direito principal, três



funcionalidades políticas e três funcionalidades técnicas, e a definição de como a plataforma usa dados governamentais. De tal forma, a taxonomia não esgota as possibilidades de caracterização, visando apenas captar aspectos centrais das ferramentas, de forma a contribuir para a construção de uma visão geral a respeito dos usos de TIC para e-democracia no Brasil.

Ainda, das plataformas analisadas, todas elas usadas pela Prefeitura de São Paulo como suporte à participação no processo de planejamento urbano, algumas não estão mais online (como é o caso da página do Programa de Metas da gestão anterior), outras foram modificadas para atender às demandas da nova gestão do município (a exemplo da Planeja Sampa), outras se mantém até o momento conforme foram criadas (Geo Sampa, Gestão Urbana, Habita Sampa, InfoCidade, Observa Sampa).

A seguir apresentamos a sistematização das plataformas, segundo a taxonomia:

Nome	Direito	Funcionalidades Políticas	Funcionalidades Técnicas	Uso de Dados
Geo Sampa	Direito de acesso à informação	Acessar dados e informações públicas Fiscalizar e monitorar políticas e serviços	Geolocalização de informações Visualização de dados Download/upload de arquivos	Usa e disponibiliza dados
Gestão Urbana	Direito à participação e ao controle social	Acessar dados e informações públicas Participar de consultas e discussões coletivas	Publicar conteúdos e comentários Enquetes e votações Download/upload de arquivos	Usa e disponibiliza dados
Habita Sampa	Direito de acesso à informação	Acessar dados e informações públicas Fiscalizar e monitorar políticas e serviços	Download/upload de arquivos Geolocalização de informações Visualização de dados	Usa e disponibiliza dados
InfoCidade	Direito de acesso à informação	Acessar dados e informações públicas Fiscalizar e monitorar políticas e serviços	Download/upload de arquivos Geolocalização de informações Visualização de dados	Usa e disponibiliza dados
Observa Sampa	Direito de acesso à informação	Acessar dados e informações públicas Fiscalizar e monitorar políticas e serviços	Visualização de dados Geolocalização de informações Download/upload de arquivos	Usa e disponibiliza dados
Planeja Sampa	Direito à participação e ao controle social	Acessar dados e informações públicas Fiscalizar e monitorar políticas e serviços Participar de consultas e discussões coletivas	Download/upload de arquivos Enquetes e votações Publicar conteúdos e comentários	Disponibiliza dados
Programa de Metas	Direito de acesso à informação	Acessar dados e informações públicas Fiscalizar e monitorar políticas e serviços Fiscalizar e Monitorar Políticos	Visualização de dados Efetuar buscas e filtros	Usa dados

Tabela 4 – Plataformas de e-democracia integradas ao planejamento urbano de São Paulo (SP), entre 2013 e 2016

Fonte: Elaboração própria



A sistematização indica que, em termos de direitos, conforme pode ser visto, 5 plataformas representam reforço na garantia do direito de acesso à informação pública e 2 fortalecem o direito à participação ao controle social. Com relação às funcionalidades políticas ofertadas pelas 7 ferramentas, isto é, as atividades políticas que os cidadãos/usuários operam no momento em que usam as plataformas, destacam-se acessar dados e informações públicas (7), fiscalizar e monitorar políticas e serviços (5) e participar de consultas e discussões coletivas (2).

Já no que diz respeito às funcionalidades técnicas, que são os aspectos das ferramentas que visam possibilitar aos usuários o exercício das funcionalidades políticas, a maioria permite o download de arquivos (6). Além de oferecer dados, verifica-se também esforço para ofertar visualizações que facilitem a interpretação de dados e indicadores por parte da população (5), e também plataformas de geolocalização de informações (4), funcionalidade técnica que é explorada como ferramenta de visualização de dados sobre a cidade (GeoSampa), como para atividades de mapeamento (Gestão Urbana), no qual os cidadãos podem colaborar no levantamento de informações espaciais sobre a cidade, como os mapas. Depois estão publicar conteúdos e comentários (2), que indica a possibilidade de enviar opiniões e discutir assuntos públicos, e enquetes e votações (2).

A respeito da forma como o uso de dados governamentais se relaciona com as funcionalidades políticas que as plataformas ofertam para os usuários, verifica-se que 5 delas tanto baseiam-se em dados (com visualizações e geolocalização), como disponibilizam dados (*download*). Somente uma apenas usa dados, sem ofertá-los, e também uma apenas disponibiliza para download, sem tê-los como base de suas demais funcionalidades. Todas elas ou ofertam e dependem do uso de dados governamentais para serem úteis.

A taxonomia é proposta com a finalidade de verificar o plano geral de ferramentas de e-democracia no Brasil, não sendo indicada assim para a análise de processos. Esta colocação é importante neste momento, pois quando se trata do uso de TIC, uma das dimensões fundamentais são as metodologias e dinâmicas que os diversos usos ensejam. A análise quantitativa de que 2 ferramentas ofertaram oportunidades de participação na formulação dos planos, portanto, não pode ser usada para afirmações a respeito do processo de participação. Não obstante, o fato de que todas as plataformas, de uma forma de outra, oferecem dados e informações como ferramentas de suporte à participação, é um indicativo relevante.

Podemos então definir um certo perfil para o uso de TIC no planejamento urbano do município de São Paulo em relação a este conjunto de processos. Todas as plataformas, de uma forma de outra, viabilizavam acesso a dados e/ou informações governamentais. Estas formas envolveram a disponibilização de bases de dados estatísticos e espaciais e de documentos sobre os processos de formulação e implementação dos planos e do programa de metas, incluindo atas de reuniões de conselhos e comissões que deliberaram a respeito. E também formas de visualização, que incluíam gráficos e mapas interativos.

Duas plataformas, a Planeja Sampa e a Gestão Urbana, foram feitas para dar suporte a discussões e contribuições complementares às atividades presenciais de discussão do PPA e do CPPO (Planeja Sampa) e do Plano Diretor Estratégico (Gestão Urbana) e operavam consultas públicas digitais de minutas de projetos de lei e planos. Elas ofertavam para download uma série de documentos, mapas, relatórios e minutas em discussão, como suporte à participação da sociedade nas discussões tanto presenciais como digitais, que ocorriam em ambiente de consulta pública virtual, no qual a população podia fazer comentários, sugerir mudanças, inclusões e exclusões das minutas.

As ferramentas InfoCidade, o Observa Sampa e o GeoSampa tiveram como função exclusiva fornecer dados e informações à sociedade. O primeiro um portal



mais antigo, que oferta séries históricas de indicadores fornecidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. A segunda uma plataforma mais moderna, na qual os cidadãos podem baixar cerca de 200 bases de dados compiladas pela Prefeitura. Nela, mais que baixar, os cidadãos podem interagir com os dados e plotá-los no mapa, gerando cartografias sobre a cidade. O Programa de Metas, embora tenha sido elaborado com participação, não teve nenhum processo eletrônico de discussão envolvido. A plataforma, porém, apresentava as metas e indicadores de monitoramento de forma visual e interativa. As pessoas podiam se inscrever para seguir metas e receber notificações conforme os dados eram atualizados.

O perfil que se manifesta a partir destes resultados sugerem que, para suporte à participação social nas discussões do conjunto de processos de planejamento, criou-se ambientes de discussão virtual diferentes para o CPPO (PPA, LOA e LDO) e do PDE e que buscou-se ofertar à população a maior quantidade possível de informações a respeito dos planos, de forma a permitir uma participação mais qualificada e informada.

6 Conclusões

Com a aplicação de TIC nos processos democráticos do planejamento urbano municipal em São Paulo, no período entre 2013 e 2016, envolvendo o Plano Diretor, o Programa de Metas, o PPA e os orçamentos anuais, a população da cidade teve a oportunidade de participar por meio da Internet das discussões sobre os três níveis do planejamento governamental: curto, médio e longo prazo.

O que se depreende da discussão apresentada é que as ferramentas usadas para a e-participação no planejamento urbano em São Paulo enfatizaram centralmente a ampliação da transparência e do acesso à informação, visando explorar as possibilidades e a abundância de dados governamentais existentes. A maior parte das plataformas viabiliza ao usuário o exercício do direito de acessar informações governamentais por meio do download de arquivos (o que no contexto da abertura de dados significa que os cidadãos poderiam baixar, usar, compilar e reusar esses dados) e visualizações como gráficos e mapas.

Estas ferramentas dotam a sociedade de um estoque de conhecimento e informações circunstanciais, apropriadas e não distorcidas, conforme o requisito (a) do qual fala Gomes (2008), indispensável para caracterizar um regime como democrático. A presença de mecanismos de consulta às minutas de lei e dos planos indica que o uso de TIC no planejamento urbano em São Paulo, no período em questão, associa-se também à terceira dimensão (c), que é criar meios de participação nas instituições democráticas. A disponibilização não apenas dos documentos finais, mas também o histórico do processo de participação, as atas de reuniões, de plenárias de conselhos e conferências, por sua vez, associa-se à segunda dimensão (b), por dar possibilidade aos cidadãos de se envolver em debates já iniciados.

Dado o peso que o acesso à informação e a transparência representam nesta amostra, as dimensões mais participativas do uso de TIC são secundárias. O único requisito não contemplado no escopo analisado é a dimensão da criação de oportunidades eficazes de comunicação e cobrança direta a autoridades públicas (d). O que não significa que o município não dispõe de ferramentas do tipo, mas sim que entre as plataformas analisadas, esta dimensão não se manifesta.

Estes usos da tecnologia, conforme já discutido, vêm convergindo com as instituições participativas e transformado-as. Assim, a partir dos anos 2010, podemos identificar um novo período, que envolve a integração do planejamento de médio e curto prazo sob uma perspectiva programática, no qual o uso de tecnologias vem permitindo a integração do planejamento no



nível gerencial e a ampliação da participação no nível político. Essa participação, que no início tinha um grande predomínio da classe dominante, depois incorporou a classe dos técnicos e especialistas, foi se abrindo paulatinamente para a sociedade civil como um todo. Mais recentemente, a participação social tem sido potencializada pelo uso das TIC.

Apesar dos avanços na incorporação da participação social nos processos decisórios do planejamento, ainda se percebe uma grande influência das formas tradicionais de planejamento, no que tange o insulamento da burocracia, o monopolismo do Estado na criação de políticas públicas e o aparente apoliticismo dos planos e projetos (D'AMARAL, 2016). O que no fundo reflete a influência do pensamento elitista e tecnocrático nas tomadas de decisão acerca do desenvolvimento urbano.

Por um lado as próprias discussões são muito técnicas. O que já é um constrangimento ao maior envolvimento e a uma participação qualificada. Por outro, além dos espaços de participação digital que ampliaram processos de consulta e formulação (o que demanda conhecimento técnico sobre o assunto), boa parte das práticas democráticas promovidas neste escopo analisado foi baseado na disponibilização de dados e informações. A literatura tem demonstrado que, sobretudo com relação ao uso de dados, há tanto uma abundância que confunde, como que no contexto dos países em desenvolvimento, principalmente, há uma grande defasagem de literacia informacional, de forma que o acesso à informação por si só não garante direitos mais amplos de exercício da participação e do controle social.

Outro fator relevante é que, embora a experiência do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento tenha trabalhado com esta perspectiva de integração programática, as ferramentas digitais fragmentaram o sistema virtual de planejamento. Foram criadas três plataformas distintas para o Programa de Metas, o CPPO (PPA, LDO, LOA) e Plano Diretor, estabelecendo espaços diferentes na web para debates que se propunha articular. Nota-se, assim, um uso fragmentado de TIC em relação aos diferentes níveis de planejamento, com funções sobrepostas e complementares, que não expressam a iniciativa integradora e dificultam o entendimento do processo por parte do cidadão.

Além disso, percebe-se que as dinâmicas de participação digital em questão foram de caráter eminentemente consultivo. Ainda que tais práticas contribuam para a ampliação da participação e para uma maior inclusão no debate político, as decisões ainda são consideradas como um processo presencial, expressando sim avanços, mas também limitações na relação entre tecnologia, democracia e compartilhamento de poder.

Referências

ABREU, J. C. A. DE. **Democracia, hegemonia e internet: um estudo de caso sobre o orçamento participativo digital**. Mestrado—[s.l.] UFBA, 2009.

ALMEIDA, C. M. O diálogo entre as dimensões real e virtual do urbano. In: ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. (Orgs.). **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. P. 19-31.

ARAÚJO, R. DE P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. DOS. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**, v. 22, n. supl, p. 1597–1619, 2015.

BUGS, G. **Tecnologias da Informação e Comunicação, Sistemas de Informação Geográfica e a Participação Pública no Planejamento Urbano**. 2014. 374 fls. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, M. H. B. C. **Participação Democrática e Planejamento Urbano: o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte**. 2011. 337 fls. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.



CUNHA, M. A. V. C. DA; COELHO, T. R.; POZZEBON, M. Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p. 296–308, jun. 2014.

CUNHA, M. A. V. C. DA; MIRANDA, P. R. DE M. O uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 543–566, 2013.

D'AMARAL, G. J. Análise do Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016. In: ENPP - ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2016, Araraquara, SP. **II Encontro Nacional de Políticas Públicas: A Multidisciplinaridade das Políticas Públicas: da constituição do campo às formas de análise**. Documento eletrônico. Araraquara: FCL-UNESP, 2016.

HORELLI, L. (Ed.). **New Approaches to Urban Planning, Insights from Participatory Communities**. Helsinki: Aalto University, 2013.

_____. A methodology of participatory planning. In: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Ed.). **Handbook of environmental psychology**. John Wiley & Sons, 2002. p. 607-628.

FERREIRA, D. E. S. **Participação e qualidade da deliberação pública: uma comparação entre o OP Digital de Belo Horizonte e a etapa digital do OP de Recife**. In: IV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR. Belo Horizonte: 2011 Disponível em: <http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Dimas_Enas_Soares_Ferreira_1.pdf>

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, v. 12, n. 27, p. 58–78, 13 abr. 2008.

JULIETTE BEST, N. et al. Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 9, n. 1, 2010.

KLUG, L. B. A Vitória do Futuro: uma análise do discurso da sustentabilidade urbana em Vitória (ES). **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**. Salvador, 23-27 de Maio, Bahia. Brasil, 2005.

LAVALLE, A. G.; ROMÃO, W. DE M.; ZAREMBERG, G. Partidos políticos e innovación democrática: más allá de purezas y perversiones. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 59, n. 220, 5 mar. 2015.

MESQUITA, N. C.; CANTONI, S. L. Participação Política Online vs. Offline no Brasil. In: **Brasil: 25 anos de democracia : participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. p. 264.

PLANEJA SAMPA. 2013. **Site Oficial**. Disponível em: <<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metad/metadologia/>>. Acesso em Dez/2016.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo. **Observatório Cidadão Nossa São Paulo**. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/indicadores.php>> Acesso em Maio/2017.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo. 2013. **Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/AF_FolhetoProgramaMetas.pdf> Acesso em Dez/2016.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo. **Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016: versão final participativa**. São Paulo, 2013a. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/arquivos/15308-004_AF_FolhetoProgrmadeMetas2Fase.pdf> Acesso em Dez/2016.

RIBEIRO, M. M. **As relações entre governo e sociedade civil através da web: modelos de relacionamento na esfera pública virtual**, 24 fev. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9485>>. Acesso em: 4 jun. 2017

SABOYA, R. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992. **Blog Urbanidades**, 2008. Disponível em: <urbanidades.arq.br>. Acesso em: Maio/2017.

SILVA, C. N. The E-Planning Paradigm - Theory, Methods and Tools. In: SILVA, C. N. (ed.). **Handbook of research on E-Planning: ICTs for Urban Development and Monitoring**. IGI Global Snippet, 2010.

STAKE. R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.



STEFANI, A. G. M. **Utilização de TICs em processos participativos no Brasil sob a ótica de capacidades de governo**. Dissertação—Escola de Artes, Ciências e Humanidades: Universidade de São Paulo, 23 out. 2015.

SUBIRATS, J. **Los dilemas de una relación inevitable: innovación democrática y tecnologías de la información y de la comunicación**. Democracia digital : límites y oportunidades, 2002, ISBN 84-8164-549-4, págs. 89-114. **Anais...** In: DEMOCRACIA DIGITAL : LÍMITES Y OPORTUNIDADES. Trotta, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=300442>>. Acesso em: 12 jan. 2017

VAINER, C. Planejamento urbano democrático no Brasil. In: ERBA, D. A.; OLIVEIRA, F. L.; JÚNIOR, P. D. N. L. (Ed.). **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, 2005.

VAZ, J. C.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 9, n. 1, 2010.

_____, J. C. Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania: a construção de um modelo de análise avaliação. São Paulo: **AESP/FGV**. 2003. Tese de doutorado.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. P. 169 – 243.

